

## **RELATÓRIO FINANCEIRO 2020**



PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

## FICHA TÉCNICA

### COORDENAÇÃO

Carlos Branco | Chefe de Divisão de Finanças Locais e Modernização

### Recolha e Tratamento da informação

Ana Caeiro | Técnica Superior

Edição,

CCDR-Alentejo, janeiro de 2023

## ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	7
2.1 DEMONSTRAÇÕES DE RELATO .....	7
2.1.1 DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	8
2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	10
A. RECEITAS ARRECADADAS .....	10
B. IMPOSTOS DIRETOS.....	11
C. OUTRAS RECEITAS .....	13
2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	15
A. CAPACIDADE PARA PAGAR .....	15
B. DESPESA PAGA .....	15
C. DESPESA COM PESSOAL .....	18
D. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	20
E. SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA.....	21
F. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	22
2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI .....	23
2.2. INDICADORES ORÇAMENTAIS .....	24
2.3. OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS .....	24
3. PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	27
3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	27
3.2 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	32
4. PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	33
5. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	34
6. BIBLIOGRAFIA.....	36

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental .....	8
Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo .....	9
Gráfico 3 - Composição das Receitas Arrecadas em 2020 .....	10
Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos.....	11
Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2020).....	12
Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo.....	13
Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital).....	13
Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos).....	14
Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos .....	14
Gráfico 10 - Capacidade para Pagar .....	15
Gráfico 11 – Composição das Principais Despesas - 2020 .....	16
Gráfico 12 - Evolução da Despesa Total .....	17
Gráfico 13 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2020 .....	17
Gráfico 14 – Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo .....	18
Gráfico 15 - Evolução das Despesas com o Pessoal .....	19
Gráfico 16 - Aquisição de Bens e Serviços.....	20
Gráfico 17 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2020 .....	20
Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros.....	21
Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital.....	22
Gráfico 20 – Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2020 .....	22
Gráfico 21- Média DPPI - Região Alentejo.....	23
Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva .....	24
Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva .....	25
Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva .....	25
Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total .....	25
Gráfico 26 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total .....	26
Gráfico 27 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total.....	26
Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo).....	29
Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades.....	30
Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria .....	31
Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão .....	33

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental .....	8
Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo .....	9
Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2020 Região Alentejo .....	10
Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2020 – Região Alentejo .....	12
Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2020 – Região Alentejo ...	16
Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2020 – Região Alentejo .....	18
Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo.....	23
Tabela 8 - Estrutura do Ativo (Balanço 2020) – Região Alentejo .....	27
Tabela 9 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo 10 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo .....	27
Tabela 10 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo) .....	28
Tabela 11 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo .....	29
Tabela 12 - Fluxos de Caixa de Atividades.....	30
Tabela 13 - Indicadores Económico-Financeiros.....	32

## **LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental

NCP 27 – Contabilidade de Gestão

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

## 1. APRESENTAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 192/2015 aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Após sucessivos adiamentos, o Decreto-Lei n.º 84/2019, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 98.º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, estabeleceu que o prazo para a adoção do SNC-AP para as entidades da Administração Local foi prorrogado para 1 de janeiro de 2020.

Em paralelo com o SNC-AP é também publicada a Lei do Enquadramento Orçamental aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro. O conjunto destes normativos constituem os principais impulsionadores da nova reforma contabilística da Administração Pública.

As autarquias da Administração Local elaboraram no ano de 2020, a primeira prestação de contas em SNC-AP, que constituiu um desafio para estas entidades, uma vez que se tratou da aplicação de um sistema contabilístico novo aliado ao contexto de saúde pública marcado pelo início da pandemia que obrigou os serviços a adotarem o teletrabalho, que trouxe naturalmente algumas dificuldades.

As linhas gerais deste relatório incidirão na análise das Demonstrações Orçamentais reguladas pela NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental e das Demonstrações Financeiras estabelecidas na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, passando também pela verificação da informação apresentada em consonância com a NCP 27 - Contabilidade de Gestão.

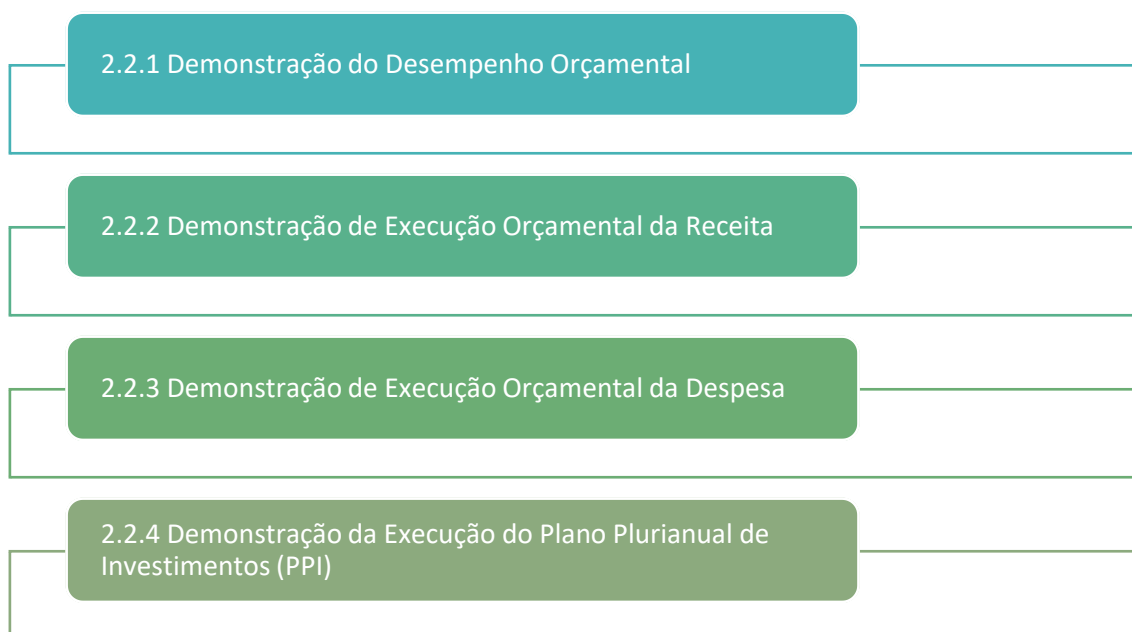
## 2. PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais englobam as Demonstrações Previsionais, as Demonstrações de Relato e as Demonstrações Consolidadas.

O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades (§1, NCP 26).

### 2.1 DEMONSTRAÇÕES DE RELATO

As demonstrações de relato na ótica orçamental estão apresentadas no seguinte esquema:



A incidência da análise recaiu no conjunto de demonstrações de relato apostas nos documentos de prestação de contas dos Municípios da região Alentejo do exercício económico de 2020.



## 2.1.1 DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Como refere o §47 da NCP 26, a Demonstração do Desempenho Orçamental evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental<sup>1</sup>

Região	Saldo Corrente	Saldo de Capital	Saldo Primário <sup>2</sup>	Receita Efetiva <sup>3</sup>	Receita Total	Despesa Efetiva <sup>4</sup>	Despesa Total
Alentejo Central	23 416 305,09	-6 205 832,18	19 488 407,56	186 205 315,64	211 395 607,77	168 738 073,78	185 440 414,80
Alto Alentejo	16 910 664,39	-11 767 098,26	6 383 308,83	159 987 666,09	184 175 140,74	153 885 255,43	157 849 946,81
Baixo Alentejo	19 614 352,65	-9 266 100,37	10 992 162,17	161 922 087,48	184 845 806,55	151 316 970,68	161 221 222,84
Alentejo Litoral	14 325 617,20	-9 874 673,06	5 244 747,59	133 304 898,62	177 725 700,62	128 806 541,60	133 593 423,81
<b>Total</b>	<b>74 266 939,33</b>	<b>-37 113 703,87</b>	<b>42 108 626,15</b>	<b>641 419 967,83</b>	<b>758 142 255,68</b>	<b>602 746 841,49</b>	<b>638 105 008,26</b>
<b>Média Alentejo</b>	<b>18 566 734,83</b>	<b>-9 278 425,97</b>	<b>10 527 156,54</b>	<b>160 354 991,96</b>	<b>189 535 563,92</b>	<b>150 686 710,37</b>	<b>159 526 252,07</b>

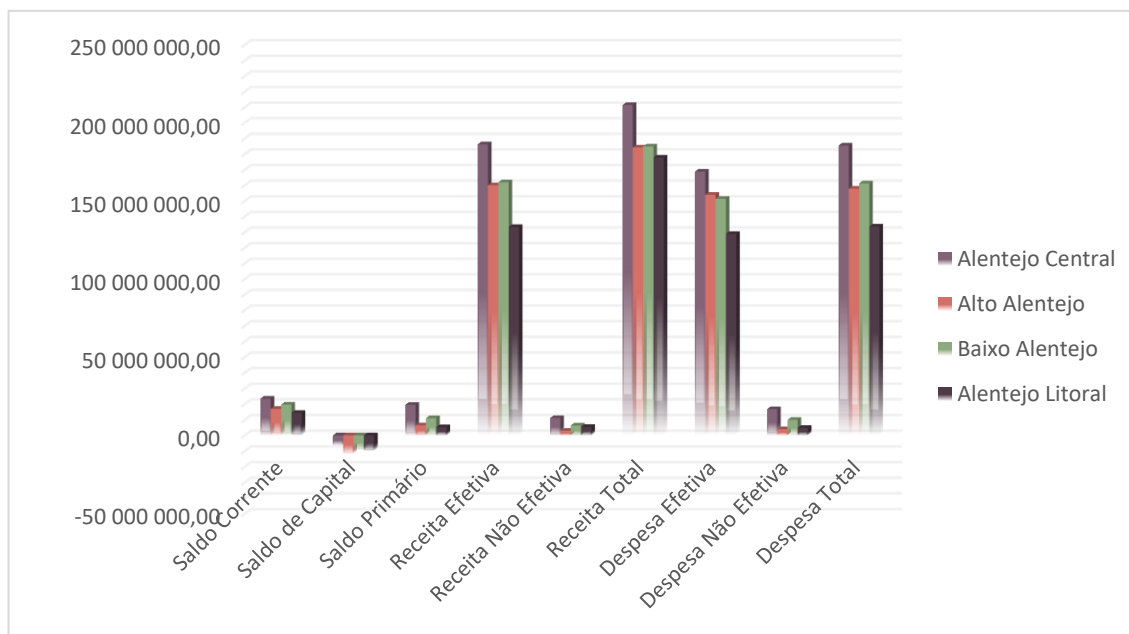


Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental

<sup>1</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

<sup>2</sup> Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros.

<sup>3</sup> Receita Efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

<sup>4</sup> Despesa Efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Da análise da tabela 1 e do gráfico 1 que contém os valores totais da região Alentejo em relação aos diferentes itens que completam a demonstração de desempenho orçamental, verifica-se que o saldo primário é positivo, logo a receita efetiva é superior à despesa efetiva. Já ao nível da receita total e da despesa total, constata-se que os 5 municípios do Alentejo Litoral auferem praticamente a mesma fatia de receita que os municípios das outras três regiões do Alentejo, o que pode ter impacto nos resultados das demonstrações financeiras, conforme se pode visualizar na tabela 2 e gráfico 2 apresentados abaixo.

Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo<sup>5</sup>

Municípios	N.º	Receita Total <sup>6</sup>	%	Despesa Total <sup>7</sup>	%
Alentejo Central	14	211 395 607,77	27,88%	185 440 414,80	29,06%
Alto Alentejo	15	184 175 140,74	24,29%	157 849 946,81	24,74%
Baixo Alentejo	13	184 845 806,55	24,38%	161 221 222,84	25,27%
Alentejo Litoral	5	177 725 700,62	23,44%	133 593 423,81	20,94%
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>758 142 255,68</b>	<b>100,00%</b>	<b>638 105 008,26</b>	<b>100,00%</b>

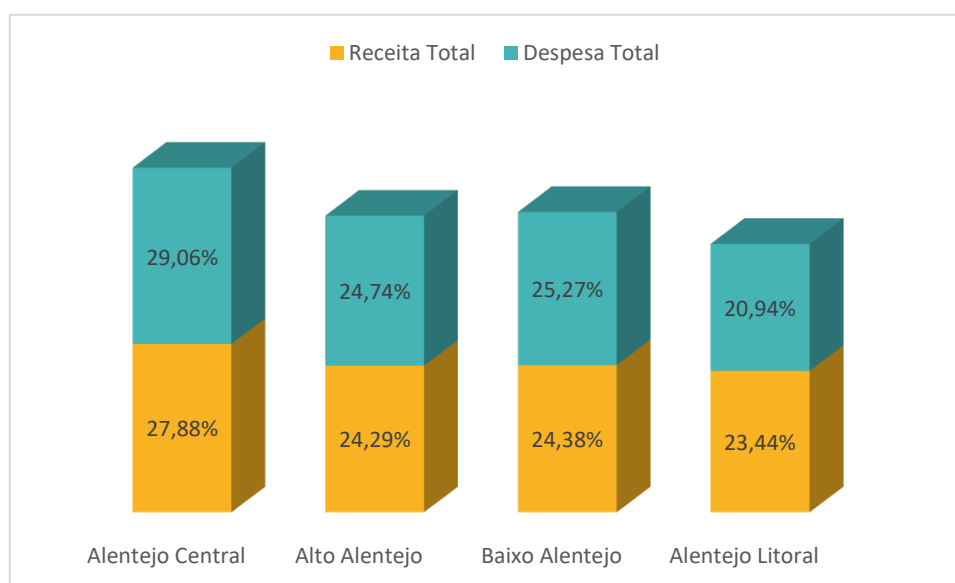


Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo

<sup>5</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

<sup>6</sup> Receita Total corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

<sup>7</sup> Despesa Total corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

## 2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

### A. RECEITAS ARRECADADAS

As receitas arrecadadas em 2020 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2020 Região Alentejo<sup>8</sup>

Receitas	Montante (€)	%
Impostos Diretos	104 350 948,13	15,65%
Rendimentos de Propriedade	24 522 469,24	3,68%
Transferências do Orçamento do Estado (Fundos Municipais) (corrente e de capital)	363 646 237,90	54,50%
Transferências Correntes e Capital - UE/Estado Participação Comunitária	49 621 352,50	7,44%
Outras Transferências (correntes e de capital)	16 502 730,70	2,47%
Venda de Bens e Serviços	59 425 588,50	8,91%
Outras (Impostos Indiretos, Taxas, Outras Receitas Correntes e Capital, Venda de Bens de Investimento, Reposições N. Abatidas aos Pagamentos e Outras)	23 350 640,86	3,50%
Ativos Financeiros	8 380,51	0,0013%
Passivos Financeiros (Empréstimos)	25 692 822,07	3,85%
<b>Total Receita Efetiva + Receita Não Efetiva</b>	<b>667 121 170,41</b>	<b>100,00%</b>

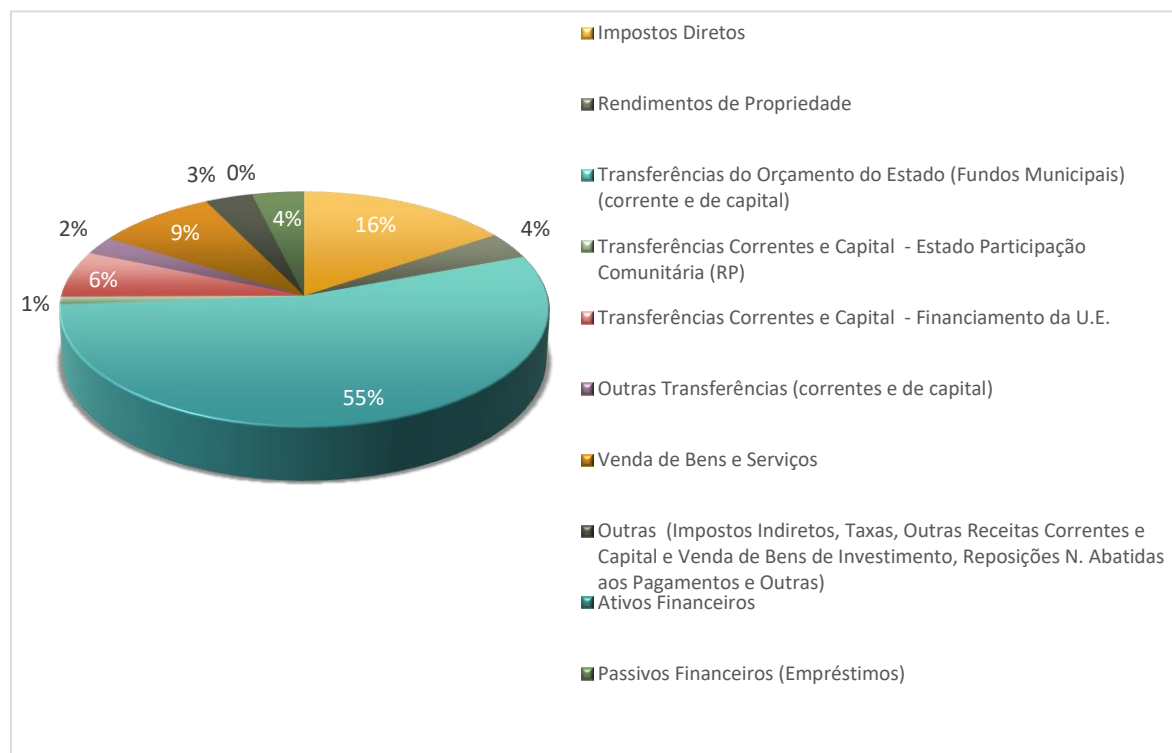


Gráfico 3 - Composição das Receitas Arrecadas em 2020

<sup>8</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020 DSAJAL/DFLM

Da análise conjunta, referente a 2020, das receitas arrecadadas na Região (tabela 3 e gráfico 3), podemos retirar as seguintes conclusões:

- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 363,6 milhões de euros, 54,50% do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- Em segundo lugar temos os Impostos Diretos, com um recebimento de 104,3 milhões de euros (15,55 % do total);
- Em terceiro lugar está a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 59,4 milhões de euros (8,91% do total);
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2020, consta as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 49 milhões de euros (7,44 % do total).

## B. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos englobam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), IUC (Imposto Único de Circulação), IMT (Imposto Municipal incidente sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis), Derrama e Impostos Abolidos.

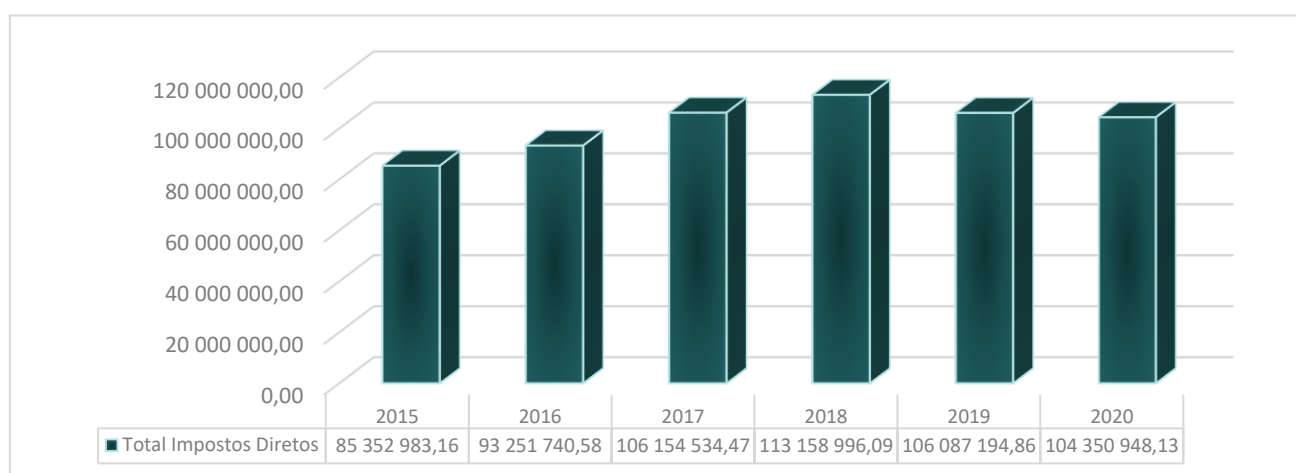


Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

O gráfico 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2015 a 2020. A evolução desta receita tem-se revelado instável, característica que se mantém,

tal como no ano de 2019 verificou-se também uma diminuição em 2020, desta vez menos acentuada, situando-se perto dos 2 milhões de euros (-1,64%).

Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2020 – Região Alentejo<sup>9</sup>

Receitas	2020		
	(€)	% Impostos Diretos	% Total Receita
Imposto Municipal sobre Imóveis	51 525 551,40	49,38	7,72
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	11 112 497,74	10,65	1,67
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	33 581 424,39	32,18	5,03
Derrama	8 031 506,44	7,70	1,20
Impostos Abolidos	99 968,16	0,10	0,01
<b>Total Impostos Diretos</b>	<b>104 350 948,13</b>	<b>100,00</b>	<b>15,64</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>667 121 170,41</b>		<b>100</b>

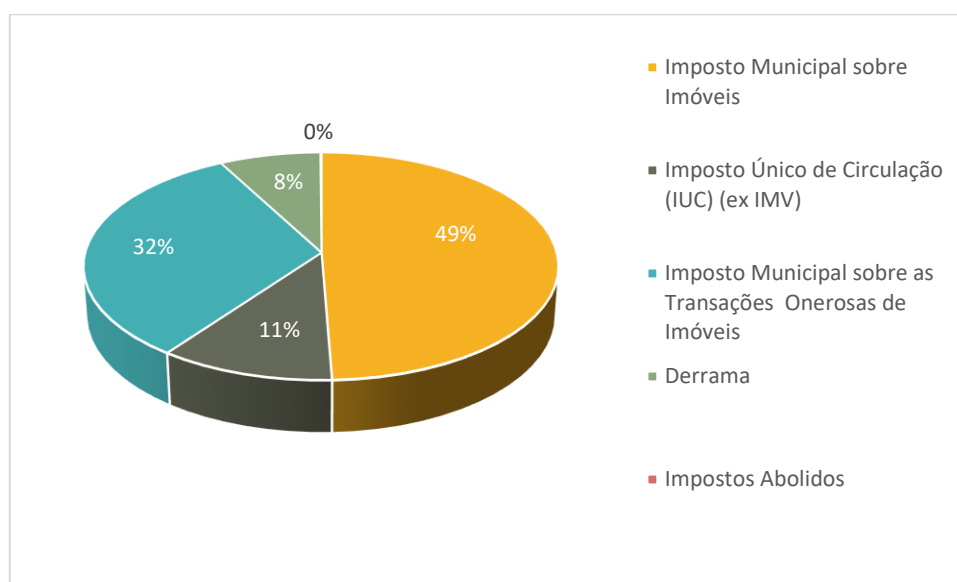


Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2020)

Da análise conjugada da tabela 4 e gráfico 5, conclui-se que em 2020 foram arrecadados 104 milhões de euros de impostos diretos (15,64% do total). Em termos de composição interna, em 2020, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 51 milhões de euros (49,38% do total dos impostos diretos), em segundo lugar temos o imposto municipal sobre transações (IMT) com uma arrecadação de 33 milhões de euros (32,18 % do total destes impostos), seguido o IUC, com 11,11 milhões de euros (10,65%). Por fim, vem a Derrama, com 8 milhões de euros (7,70% de participação).

<sup>9</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

## C. OUTRAS RECEITAS

### C1. VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços está representada no gráfico 6. Apesar da evolução irregular, verifica-se que em 2020 a redução face ao ano de 2019 foi muito significativa, na ordem dos 7 milhões de euros.

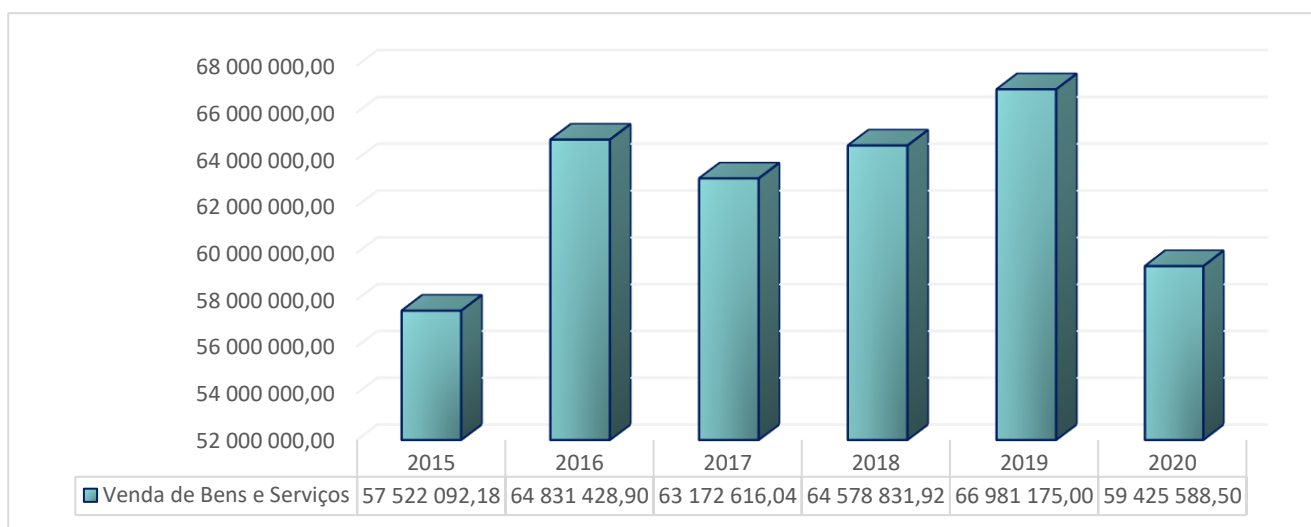


Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo

### C2. FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

No que se refere à receita de Fundos Comunitários, na componente de capital, constata-se que existiu um acréscimo face ao ano anterior, na ordem dos 4 milhões de euros (Gráfico 7).

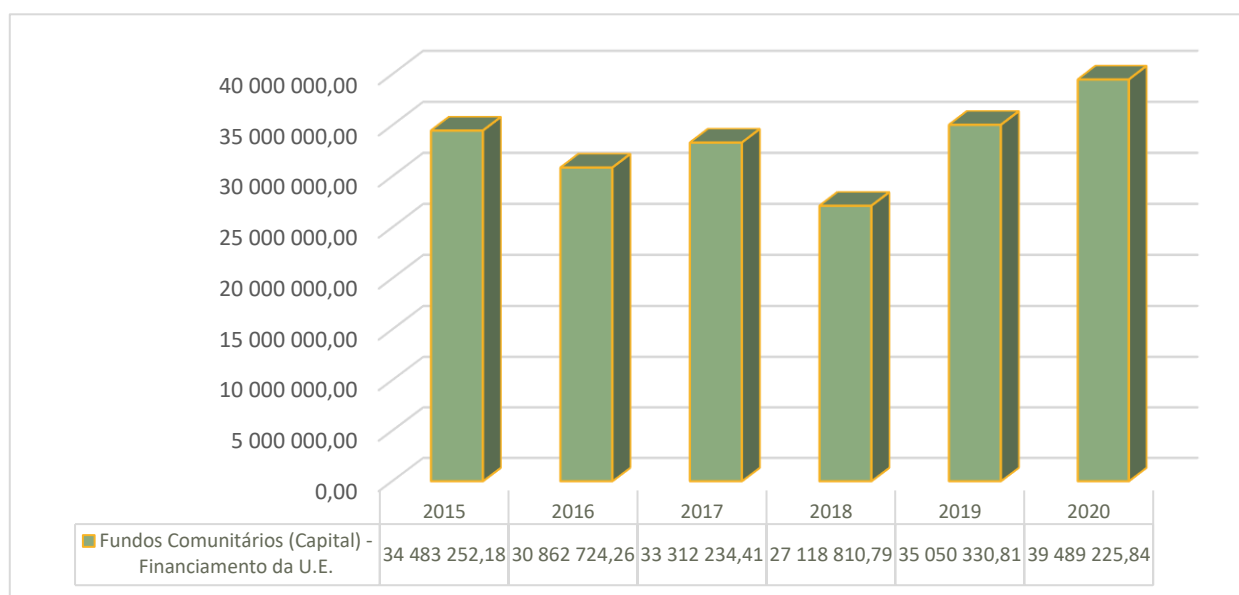


Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital)

### C3. Passivos Financeiros (Empréstimos)

Este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:

- Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
- Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.

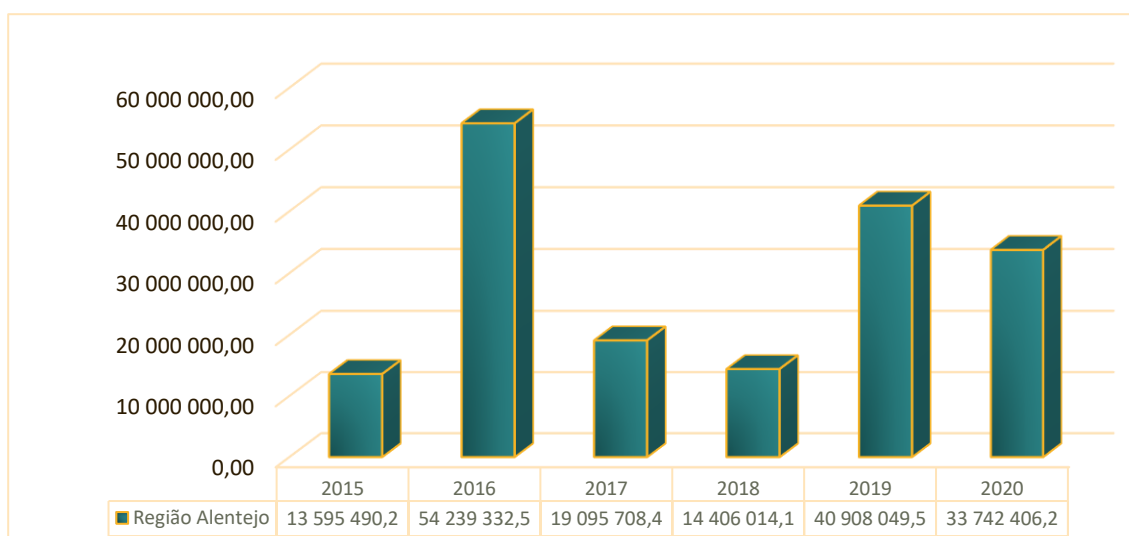


Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos)

Apesar do aumento considerável nos empréstimos de longo prazo registado em 2019, verifica-se que houve um decréscimo em 2020 nos empréstimos dessa natureza, também nos empréstimos de curto prazo se registou um novo decréscimo em 2020 (Gráfico 9).

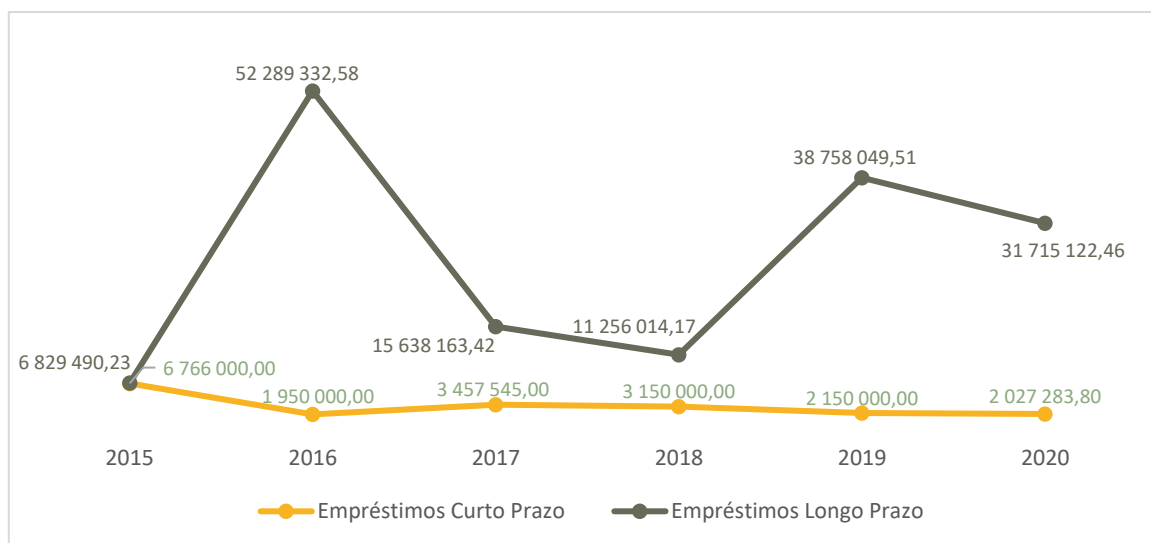


Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos

## 2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

### A. CAPACIDADE PARA PAGAR

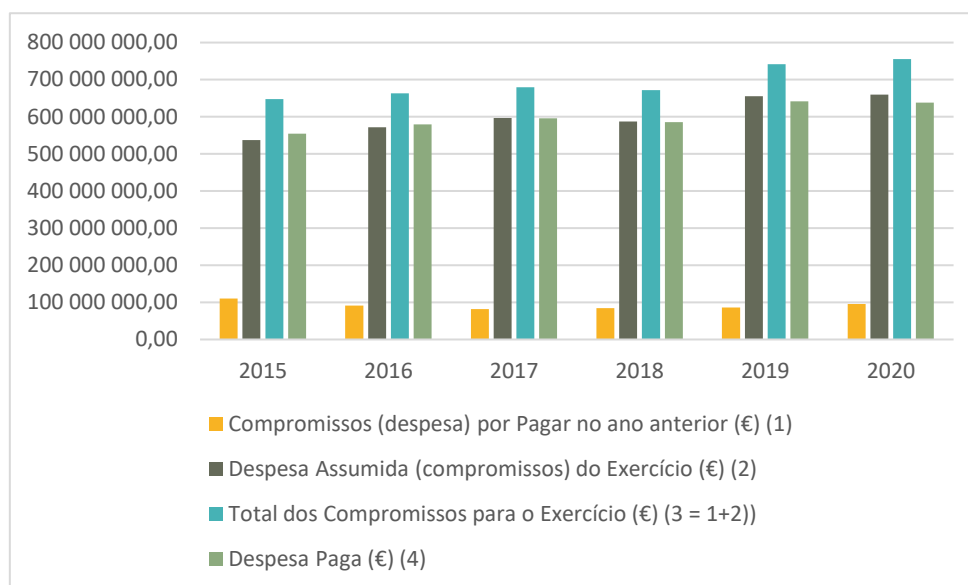


Gráfico 10 - Capacidade para Pagar

O gráfico 10 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos brutos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulou-se como capacidade para pagar. Podemos observar que a situação em 2020 é semelhante ao exercício de 2019, sendo que se registou uma ligeira quebra, situando-se o valor da capacidade para pagar em 84,45%.

### B. DESPESA PAGA

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2020, a evolução da despesa total no período 2015/2020, a distribuição da despesa pela Região Alentejo e a relação entre a despesa paga em 2015/2020 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.



Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2020 – Região Alentejo<sup>10</sup>

	Montante	%
<b>Pessoal</b>	237 999 892,75	37,30%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	160 272 631,87	25,12%
<b>Encargos Financeiros (Juros)</b>	3 435 499,81	0,54%
<b>Transferências Correntes</b>	47 329 464,02	7,42%
<b>Subsídios</b>	640 160,73	0,10%
<b>Outras Despesas Correntes</b>	6 950 198,32	1,09%
<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	130 163 107,92	20,40%
<b>Transferências de Capital</b>	15 132 828,22	2,37%
<b>Ativos Financeiros</b>	1 615 760,51	0,25%
<b>Passivos Financeiros (Amortizações)</b>	33 742 406,26	5,29%
<b>Outras Despesas de Capital</b>	823 057,85	0,13%
<b>Despesa Efetiva + Despesa Não Efetiva</b>	<b>638 105 008,26</b>	<b>100,00%</b>

No exercício de 2020, verificou-se que os montantes mais elevados correspondem às seguintes despesas:

- Pessoal (237 milhões de euros) com 37,30% de participação;
- Aquisição de Bens e Serviços Correntes (160,3 milhões de euros) com 25,12% de participação;
- Aquisição de Bens de Capital (130 milhões de euros) com 20% de participação;
- Transferências Correntes (47 milhões de euros) com 7,42% de participação;
- Passivos Financeiros (Amortizações) (33 milhões de euros) com 5,29% de participação.

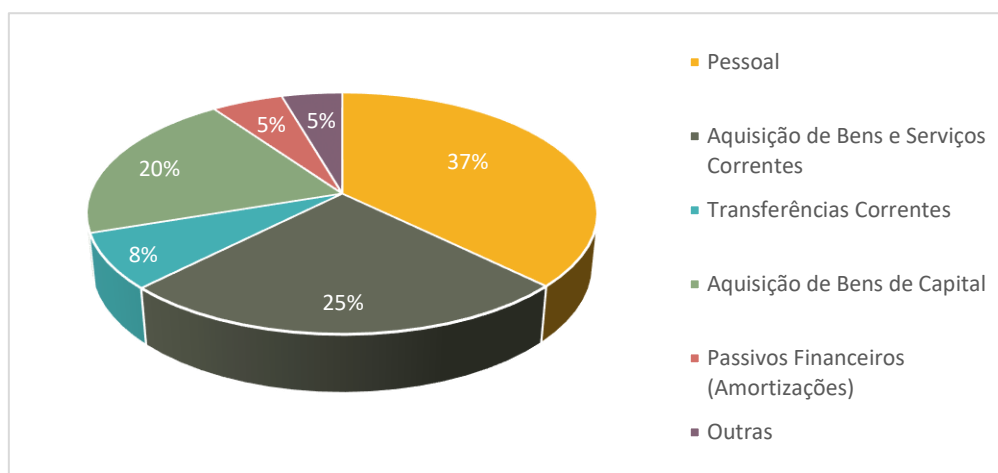


Gráfico 11 – Composição das Principais Despesas - 2020

<sup>10</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

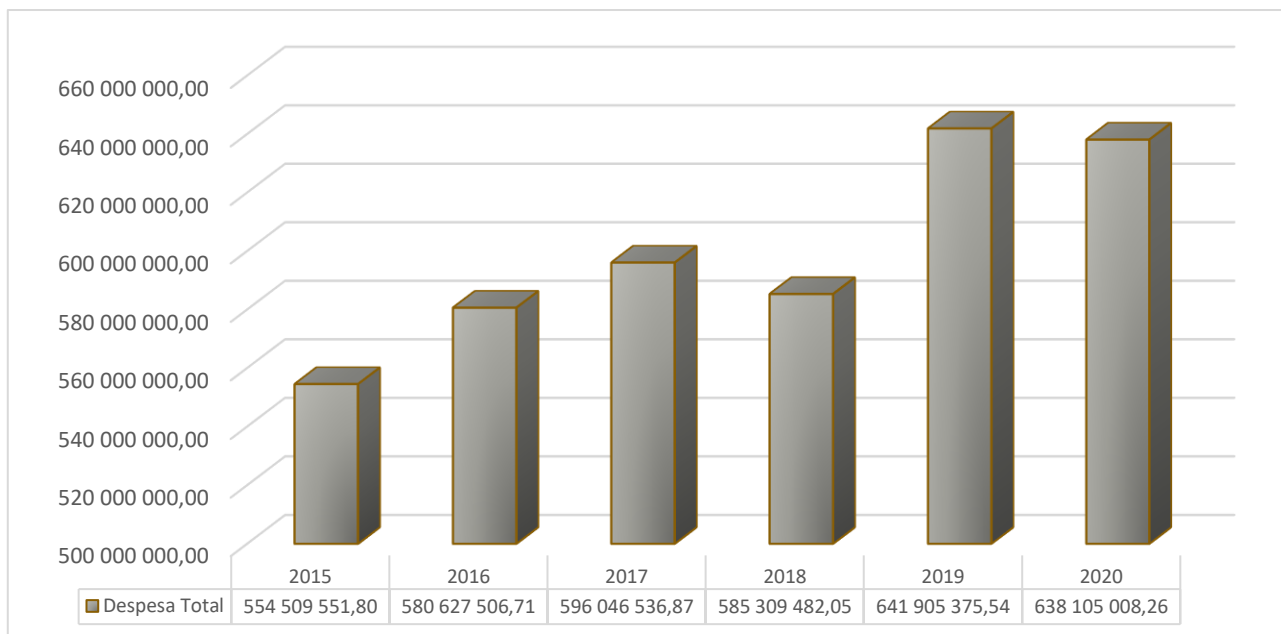


Gráfico 12 - Evolução da Despesa Total

No que toca à evolução temporal da despesa global, verificamos, através da análise do gráfico 12, que a despesa global teve várias oscilações ao longo dos anos. No exercício de 2020, registou-se um decréscimo desta despesa, na ordem dos 3,8 milhões de euros.

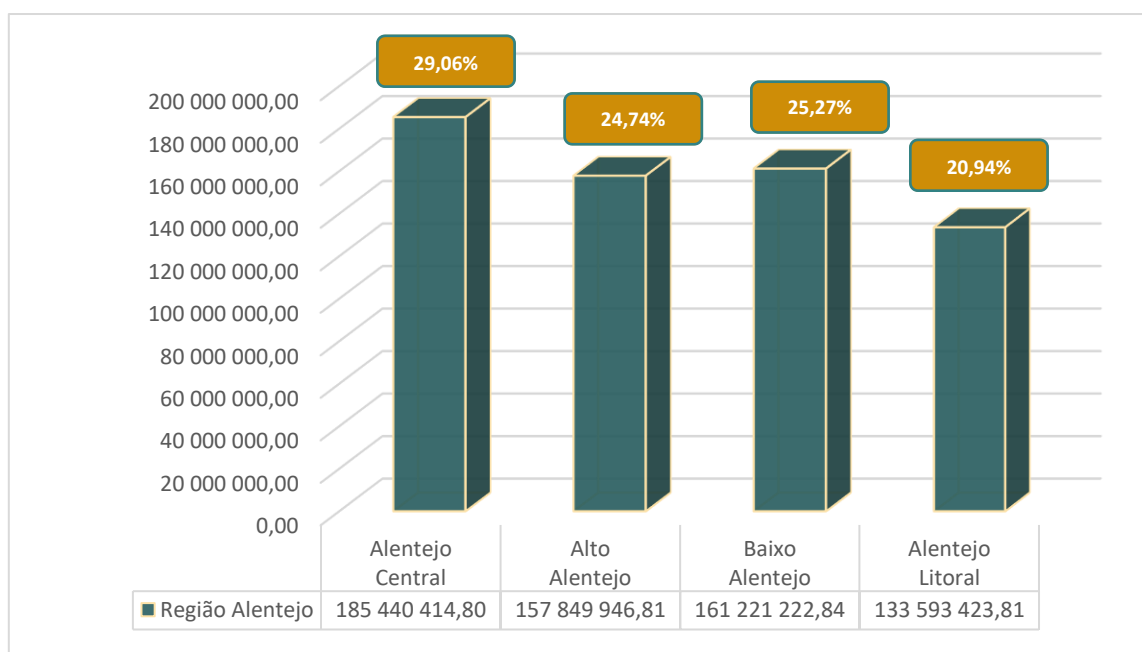


Gráfico 13 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2020

O gráfico 13 mostra a distribuição da despesa paga pela região Alentejo, onde se constata que o Alentejo Central tem a maior despesa da região, seguindo-se o Baixo Alentejo, Alto Alentejo e por fim Alentejo Litoral.

A despesa paga derivada de compromissos assumidos em exercícios anteriores de 2015 a 2020, em relação ao total da despesa paga, tem vindo, no geral, a diminuir no período de análise, também no exercício de 2020 se registou um aumento significativo da despesa paga resultante dos compromissos assumidos em exercícios anteriores, dado que o valor caiu dos 8,28% para os 3,98%, situando-se nos 25 milhões de euros.

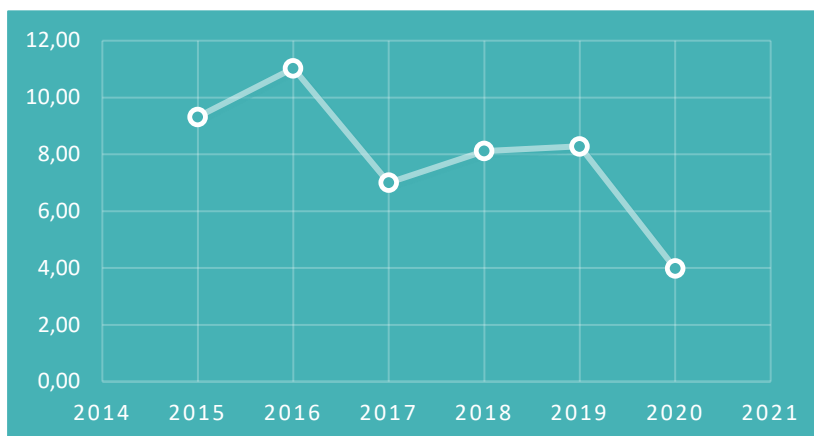


Gráfico 14 – Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo

### C. DESPESA COM PESSOAL

Neste ponto relata-se a composição das despesas com Pessoal, no exercício de 2020, que a administração municipal pagou. Analisa-se, também, a evolução destas despesas no período de 2015 a 2020.

Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2020 – Região Alentejo<sup>11</sup>

	2020		
	(€)	% Despesas Pessoal	% Despesa Total
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	178 112 951,90	74,84%	27,91%
<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	7 662 553,55	3,22%	1,20%
<b>Segurança Social</b>	52 224 387,30	21,94%	8,18%
<b>Total das Despesas com Pessoal</b>	<b>237 999 892,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>37,30%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>638 105 008,26</b>		<b>100,00%</b>

No exercício de 2020, as despesas em termos de despesa com pessoal, totalizaram 237 milhões de euros, que corresponde a 37,30 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante,

<sup>11</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

a fatia maioritária continua naturalmente a caber às remunerações certas e permanentes com 178 milhões de euros (74,84 % do total das despesas com pessoal), ficando a segurança social com 21,94% de participação, conforme se pode observar na tabela 6.

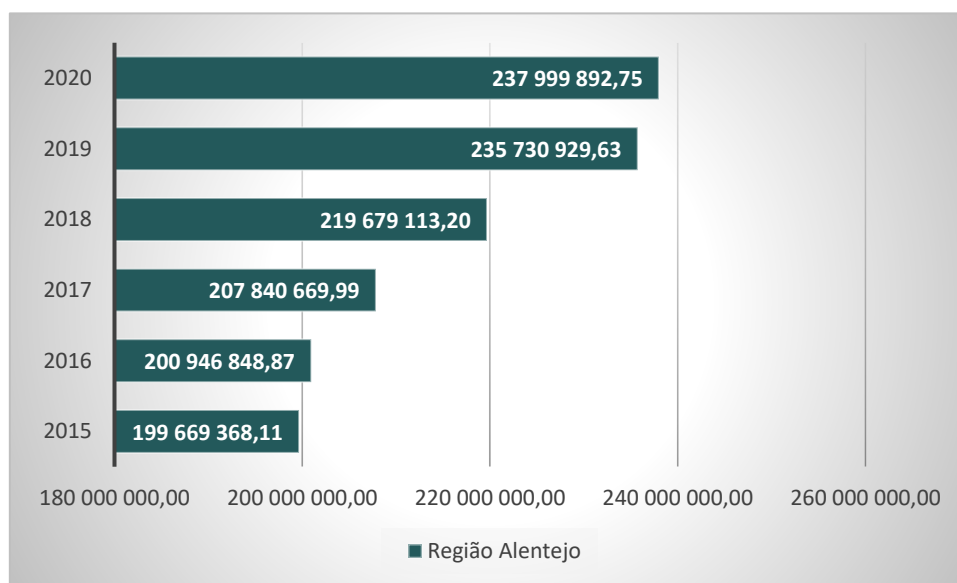


Gráfico 15 - Evolução das Despesas com o Pessoal

Em termos de desagregação da despesa com pessoal, relacionando a evolução de 2019 para 2020, retiramos as seguintes conclusões:

- As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento de 3 milhões de euros, calculado em 1,73%;
- Os abonos variáveis ou eventuais diminuíram 23,36%, na ordem dos 2 milhões de euros;
- Por fim, a segurança social cresceu 3,10% em 2020, atingindo os 50,7 milhões de euros.

No que toca à evolução da despesa com pessoal do período em causa, do ano 2015 a 2020, verifica-se através da análise do gráfico 15 que estas despesas têm vindo a aumentar gradualmente, sendo que o aumento mais expressivo ocorreu no período 2017 a 2019.

## D. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Nesta secção analisa-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços.

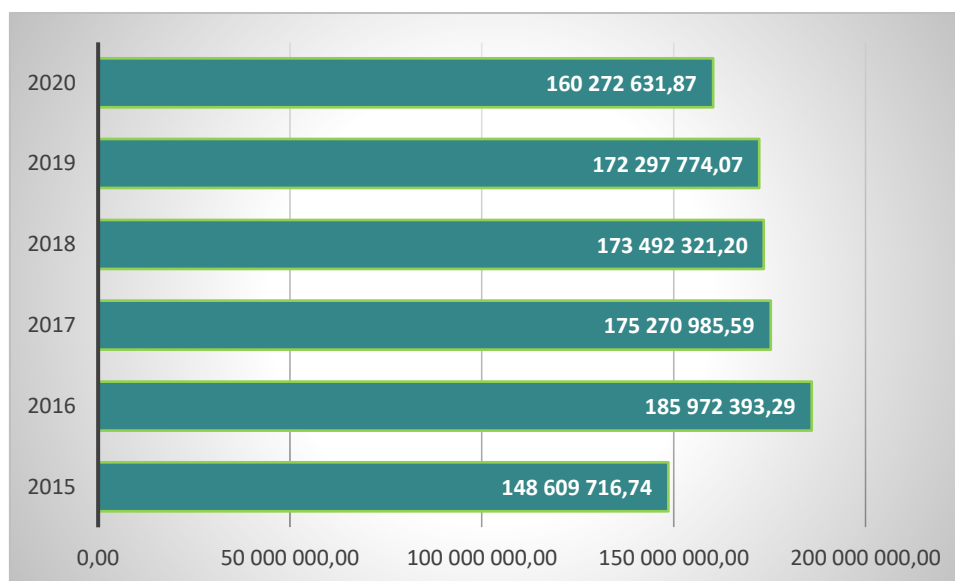


Gráfico 16 - Aquisição de Bens e Serviços

Verificamos através da análise do gráfico 16, que relativamente à aquisição de bens e serviços, tem havido uma oscilação de valores ao longo dos anos. No entanto, apesar da diminuição não ser muito expressiva, tem existindo uma tendência decrescente desta variável da despesa corrente. Em 2020 foram despendidos 160 milhões de euros com a aquisição de bens e serviços.

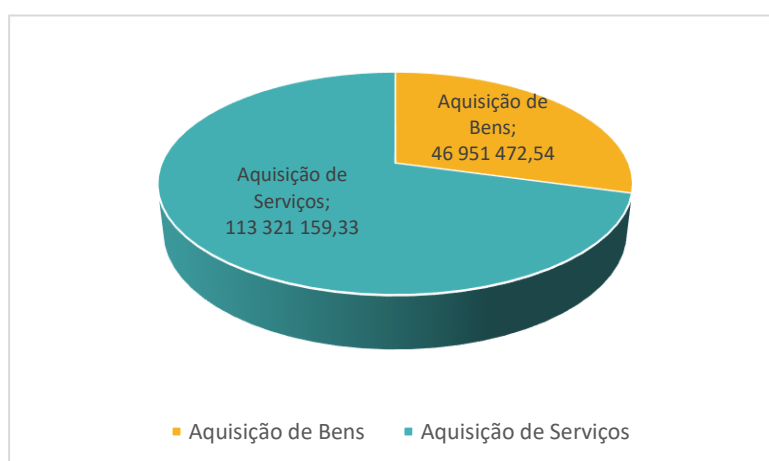


Gráfico 17 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2020

Da análise conjunta do gráfico 16 e 17 podemos observar o seguinte:

- Os municípios da região Alentejo continuam a adquirir maioritariamente serviços, o que corresponde a 71% da despesa total com bens e serviços;
- Após se ter atingido o pico em 2016, tem se verificado uma tendência decrescente na aquisição de bens e serviços;
- Em relação a 2019, verificou-se uma subida de 575 mil euros (1,24%), no que diz respeito à aquisição de bens;
- No que se refere à aquisição de serviços, existiu um decréscimo considerável, na ordem dos 12 milhões de euros (-10,01%).

## E. SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

Este ponto retrata a evolução da despesa paga através dos encargos financeiros (juros e amortizações de empréstimos).

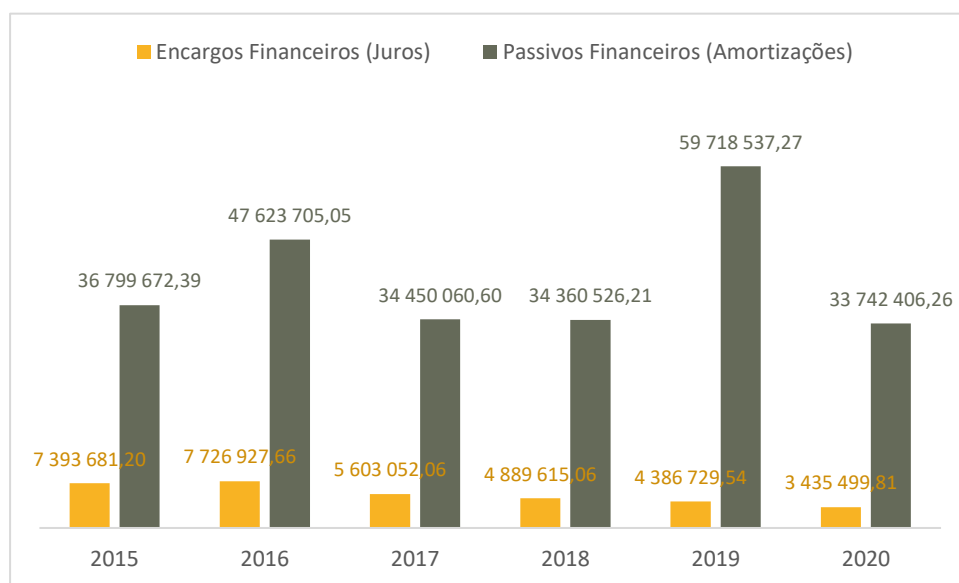


Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros

Concluimos que se registou uma descida mais acentuada, no ano de 2019 para o ano 2020, nos passivos financeiros, por volta dos 25 milhões de euros, também os encargos financeiros (juros) voltaram a registar novamente uma descida em 2020, na ordem dos 951 mil euros.

## F. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A aquisição de bens de capital é composta pelos Investimentos, encargos com Locação Financeira e Bens de Domínio Público.

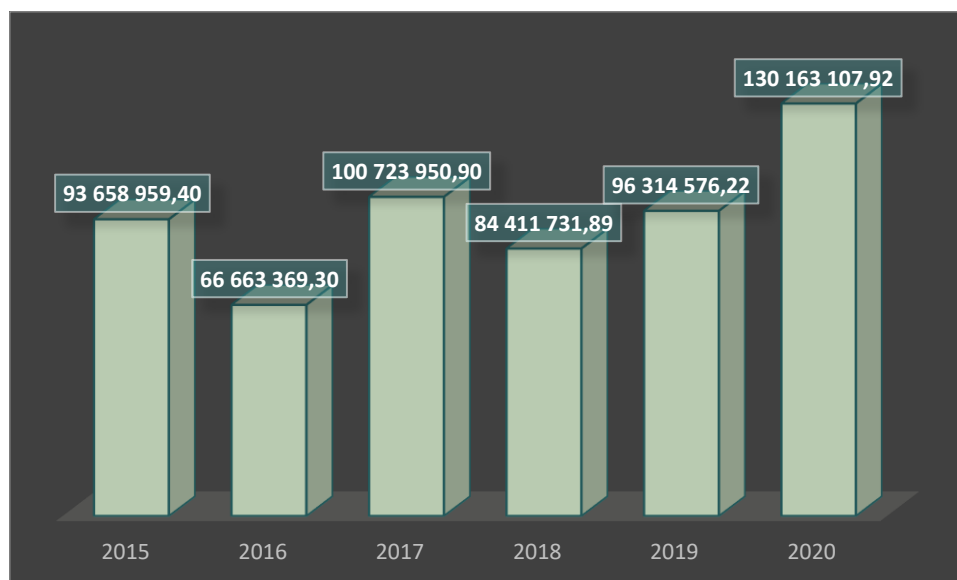


Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital

A aquisição de bens de capital (gráfico 19) tem mostrado diferentes ciclos de evolução ao longo do tempo, nos últimos 3 anos tem existido um aumento na aquisição deste tipo de bens. No exercício de 2020 volta a repetir-se o crescimento, com um acréscimo de 35,14%, sendo que o valor ascende a 130 milhões de euros.

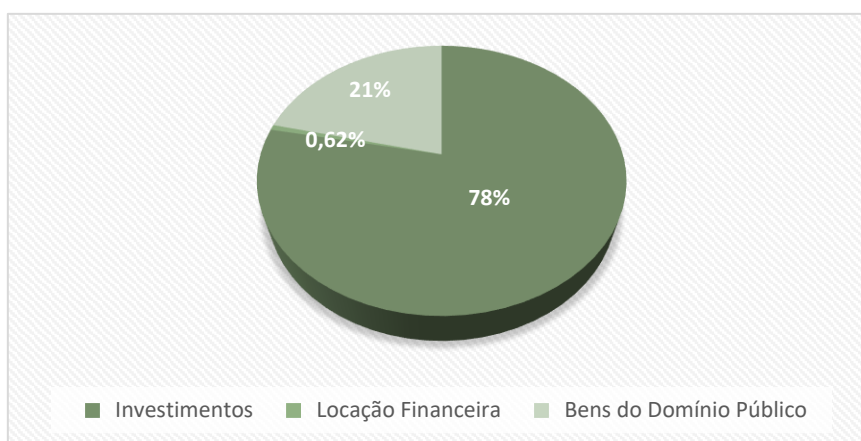


Gráfico 20 – Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2020

O gráfico 20 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, a fatia maior cabe aos Investimentos, com 78%, de seguida a aquisição de Bens de Domínio Público, com 21%, e por fim os encargos com Locação Financeira (0,62%).

## 2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI

De acordo com o n.º 47 da NCP 26, a Demonstração de Execução Anual do PPI tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual do programa/projeto, e execução financeira de anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo<sup>12</sup>

Região	Média DPPI	
	Execução Financeira Anual <sup>13</sup>	Execução Financeira Global <sup>14</sup>
Alentejo Central	53,16%	37,83%
Alto Alentejo	66,04%	51,59%
Baixo Alentejo	55,76%	54,46%
Alentejo Litoral	53,90%	37,74%

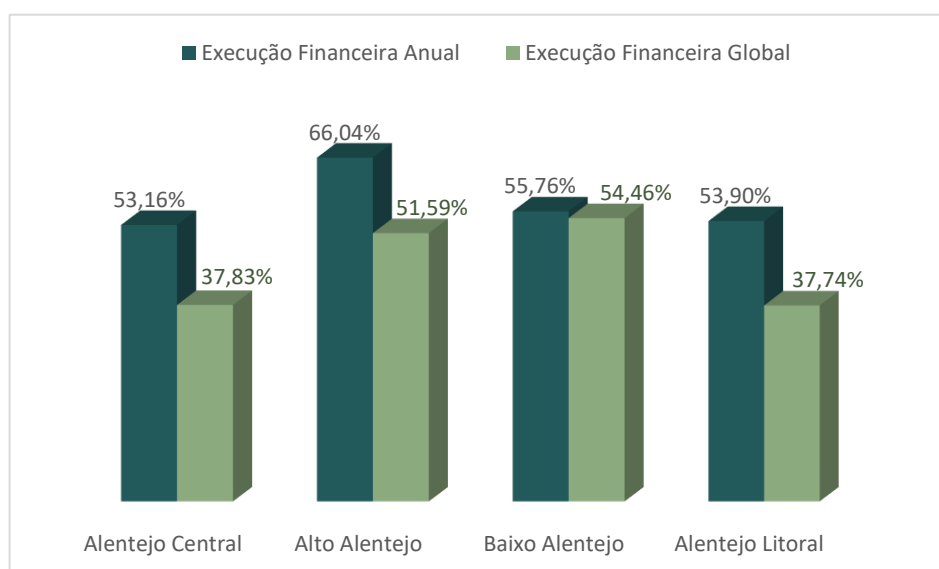


Gráfico 21- Média DPPI - Região Alentejo

<sup>12</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

<sup>13</sup> Nível de Execução Financeira Anual = Montante Executado Ano 2020/Montante Previsto Ano 2020\*100

<sup>14</sup> Nível de Execução Financeira Global = Total do Montante Executado/(Total Montante Previsto+Montante Executado Anos Anteriores)\*100



Ao nível da Execução Financeira Anual do PPI verifica-se que o Alto Alentejo tem a maior percentagem de execução, já ao nível da Execução Financeira Global constata-se que o Baixo Alentejo tem a maior percentagem de execução do plano plurianual de investimentos.

## 2.2. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Conforme estabelecido nas orientações da RPG3 - Reporting Service Performance Information do IPSASB, estes indicadores para além de constituírem um complemento às demonstrações financeiras, também permitem avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade.

Tabela 8 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Região Alentejo
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	87,63%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	74,79%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	81,88%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	96,68%

O grau de execução orçamental da receita compara a receita cobrada líquida com a receita prevista. E o grau de execução da despesa compara as despesas pagas líquidas de reposições abatidas aos pagamentos com as dotações corrigidas.

O rácio correspondente ao grau de realização das liquidações compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas. Relativamente ao grau de execução das obrigações, compara-se a despesa paga líquida com as obrigações assumidas.

## 2.3. OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS

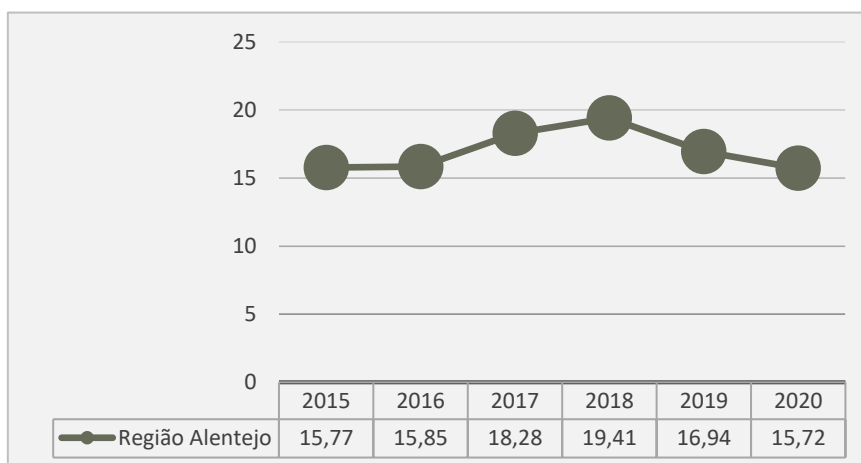


Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

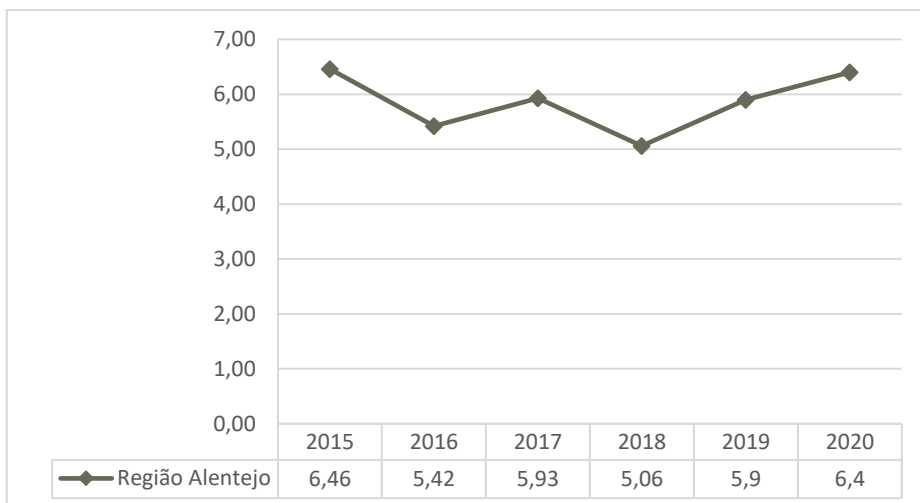


Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

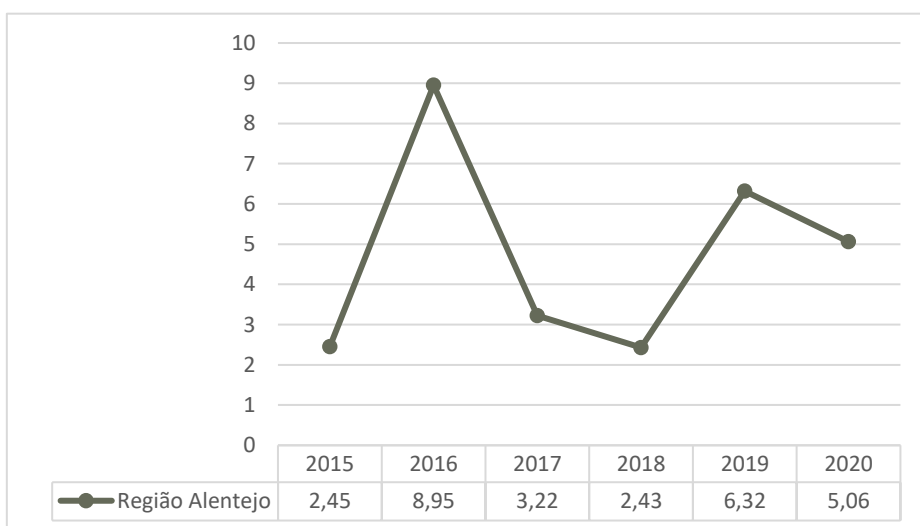


Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

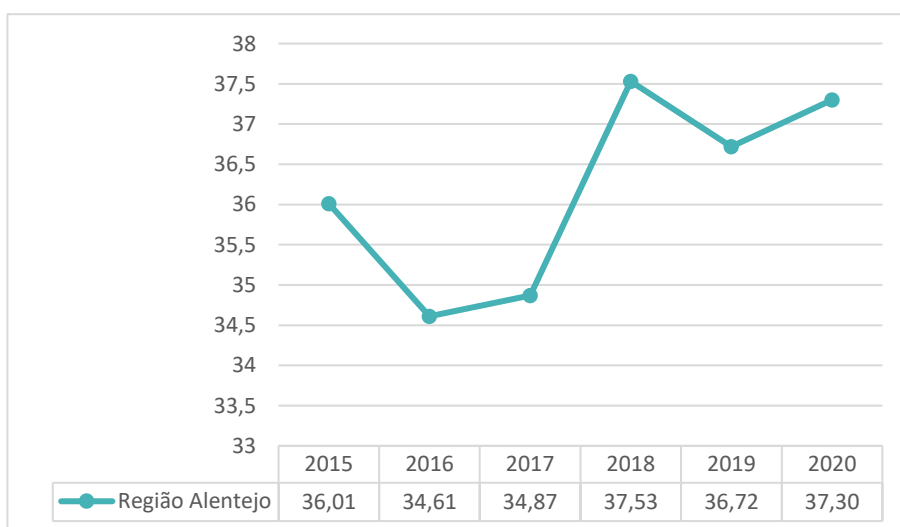


Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total

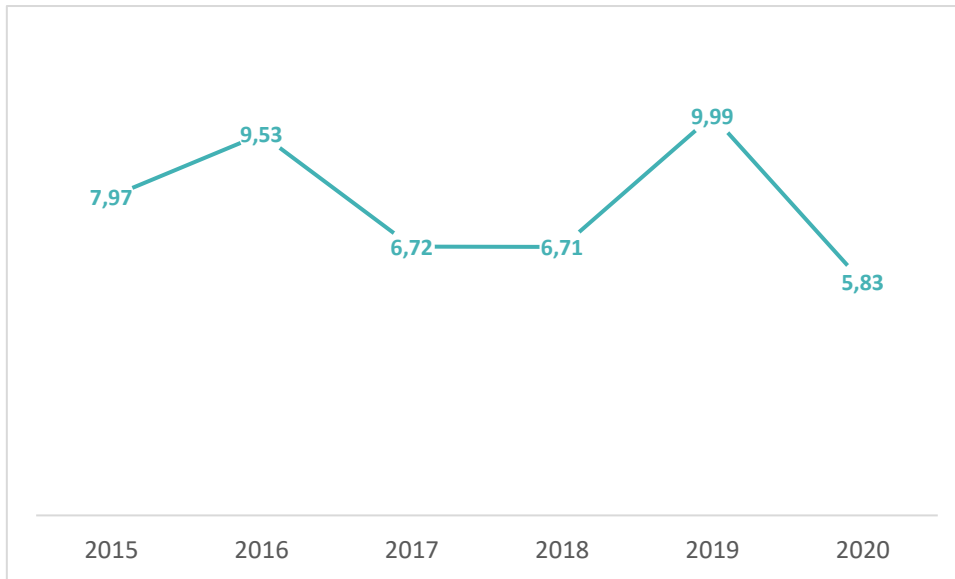


Gráfico 26 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

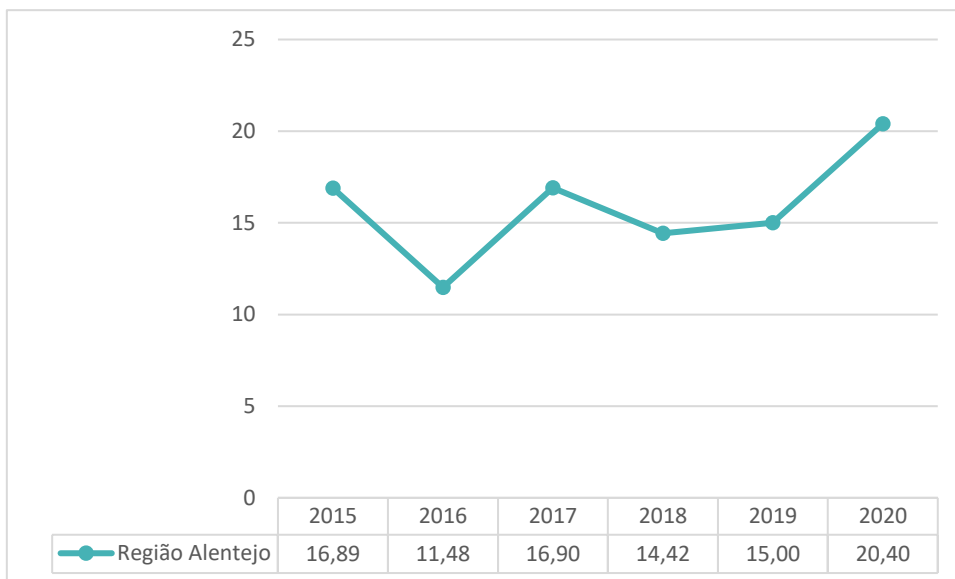


Gráfico 27 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

### 3. PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### A. BALANÇO

No Balanço, os ativos e passivos são classificados em correntes e não correntes.

Tabela 8 - Estrutura do Ativo (Balanço 2020) – Região Alentejo<sup>15</sup>

SNC-AP	2020	
	(€)	% Total Ativo
Ativos Fixos Tangíveis	2 335 540 651,33	84,45%
Prop. Investimento, Ativos Intangíveis e Inv. Participações Financeiras	152 353 706,88	5,51%
Dev. Emp. Bonificados e Sub. Reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Diferimentos, Outras Contas a Receber, Outros ativos financeiros	31 293 600,86	1,13%
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>2 519 187 959,07</b>	<b>91,09%</b>
Inventários, Dev. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis, Dev. por Empréstimos Bonificados e Subsídios reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Estado e outros entes públicos, Diferimentos, Outros ativos financeiros	63 648 099,63	2,30%
Outras Contas a Receber	65 309 884,22	2,36%
Caixa e Depósitos	117 562 307,88	4,25%
<b>TOTAL DO ATIVO CORRENTE</b>	<b>246 520 291,73</b>	<b>8,91%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2 765 708 250,80</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 9 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo

SNC-AP	2020		
	(€)	% Total Passivo	% P.L. e Passivo <sup>16</sup>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>2 369 472 025,98</b>		<b>85,67%</b>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões	19 810 522,04	5,00%	0,72%
Fornecedores	17 803 678,11	4,49%	0,64%
Financiamentos Obtidos	163 875 820,84	41,36%	5,93%
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, Fornecedores de investimentos, Diferimentos, Outras Contas a Pagar	21 529 561,90	5,43%	0,78%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>223 019 582,89</b>	<b>56,28%</b>	<b>8,06%</b>
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Fornecedores, Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, Estado e Outros Entes Públicos, Financiamentos Obtidos, Fornecedores de Investimentos	67 151 913,97	16,95%	2,43%
Outras Contas a Pagar	47 158 804,53	11,90%	1,71%
Diferimentos	58 905 923,43	14,87%	2,13%
<b>TOTAL DO PASSIVO CORRENTE</b>	<b>173 216 641,93</b>	<b>43,72%</b>	<b>6,26%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>396 236 224,82</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO</b>	<b>2 765 708 250,80</b>		<b>100,00%</b>

<sup>15</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020 DSAJAL/DFLM

<sup>16</sup> % Total do Património Líquido e Passivo

Das tabelas 8 e 9 que consistem na apresentação, para 2020, da estrutura do ativo e do património líquido e passivo, é possível observar o seguinte:

- ✿ No ativo não corrente a componente principal (maioritária) corresponde aos Ativos Fixos Tangíveis com 84,45% do Ativo Total;
- ✿ No ativo corrente ressalta a Caixa e Depósitos com 4,25% do total do Ativo;
- ✿ O peso do património líquido é de 85,67%, cabendo ao passivo os restantes 14,33%;
- ✿ Na composição do passivo não corrente salienta-se que os Financiamentos Obtidos detêm maior expressão com 41,36% do total do Passivo;
- ✿ No que respeita ao passivo corrente os Diferimentos correspondem a 14,87% do Passivo Total, as Outras Contas a Pagar com 11,90% e os restantes itens que compõem o passivo corrente com 16,95% do total do Passivo.

## B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os itens de rendimentos e gastos reconhecidos no período devem ser incluídos na determinação do resultado do período.

*Tabela 10 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo)<sup>17</sup>*

	Gastos	Rendimentos	Resultado antes de impostos=Resultado Líquido do Período
<b>2019</b>	623 692 714,92	606 898 546,06	-16 794 168,86
<b>2020</b>	↓ 605 652 741,81	↓ 590 224 807,85	↑ -15 427 933,96

Apesar da prestação de contas de 2019 ter sido preparada em POCAL, foi efetuado na tabela nº12 o cálculo dos rendimentos e gastos dos exercícios de 2019 (anteriores custos e perdas e proveitos e ganhos) e de 2020 (SNC-AP), podendo-se salientar os seguintes aspetos:

- ✿ O total dos gastos apresenta, de 2019 para 2020, um decréscimo de 2,89%, passando de 623,7 milhões para os 605,7 milhões de euros;
- ✿ O total dos rendimentos também apresentou uma quebra de 2,75%, atingindo os 590 milhões de euros;

<sup>17</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020 DSAJAL/DFLM

- Em termos gerais, observa-se uma diminuição quer do lado dos rendimentos quer dos gastos em relação ao exercício de 2019.

Tabela 11 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo<sup>18</sup>

	Resultados			
	Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	Resultado Antes de Impostos	Resultado Líquido do Período
<b>2020</b>	<b>118 558 857,43</b>	<b>-12 120 833,12</b>	<b>-15 427 933,96</b>	<b>-15 427 933,96</b>

Na tabela 13 apresentam-se os resultados constantes das Demonstrações dos Resultados dos Municípios da região Alentejo, da diferença entre os rendimentos e ganhos foi apurado o valor de 15 milhões de euros negativos em 2020, apresentando ainda assim uma descida na ordem dos 1,3 milhões de euros relativamente a 2019.

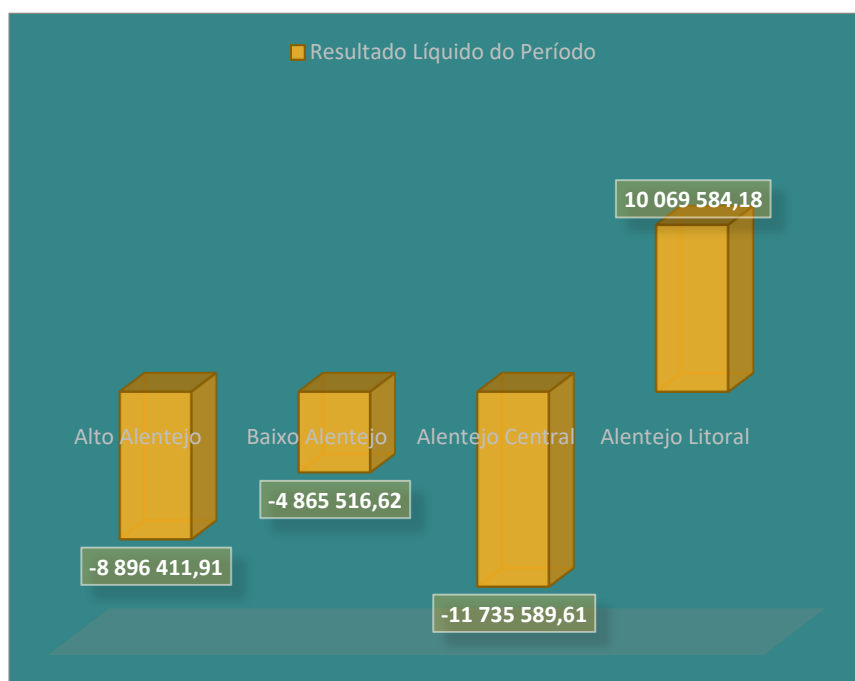


Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo)

Tal como no exercício de 2019, também em 2020 o conjunto dos Municípios do Alentejo Litoral voltam a apurar um resultado líquido positivo, seguindo-se do Baixo Alentejo, Alto Alentejo e por fim do Alentejo Central.

<sup>18</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020 DSAJAL/DFLM

### C. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia o valor das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

Tabela 12 - Fluxos de Caixa de Atividades<sup>19</sup>

	Fluxos de Caixa das Atividades		
	Atividades Operacionais <sup>20</sup>	Atividades de Investimento <sup>21</sup>	Atividades de Financiamento <sup>22</sup>
<b>Alentejo Central</b>	20 386 726,87	-1 129 392,03	-7 985 681,53
<b>Alto Alentejo</b>	4 550 645,08	2 303 891,25	1 273 893,22
<b>Baixo Alentejo</b>	-3 476 085,97	9 376 240,82	319 475,14
<b>Alentejo Litoral</b>	6 664 153,70	-2 231 173,91	319 114,16
<b>Total</b>	<b>28 125 439,68</b>	<b>8 319 566,13</b>	<b>-6 073 199,01</b>

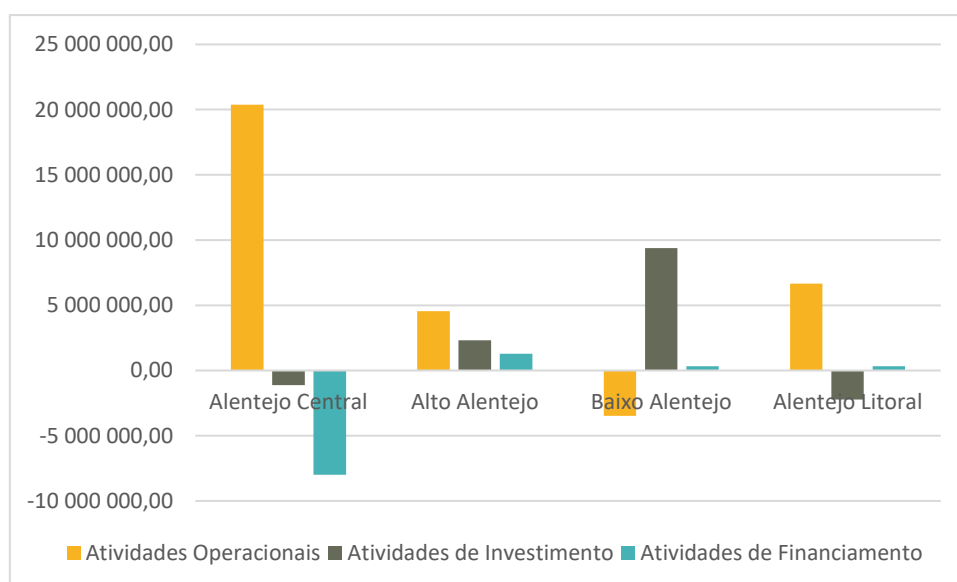


Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades

A quantia de fluxos de caixa operacionais líquidos ajuda a mostrar a aptidão da entidade para manter a sua capacidade operacional, pagar as suas obrigações, pagar dividendos ou distribuições similares aos seus investidores e realizar novos investimentos, sem recorrer a fontes externas de financiamento (§ 76 da NCP1). Apesar do valor total da região Alentejo ser positivo, o Baixo Alentejo apresenta um valor negativo nas Atividades Operacionais.

<sup>19</sup> Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2020  
DSAJAL/DFLM

<sup>20</sup> Atividades operacionais são as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

<sup>21</sup> Atividades de investimento são atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

<sup>22</sup> Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

No que se refere à Atividades de Investimento, apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. (§ 82 da NCP 1)

Ao nível da região Alentejo, verifica-se que tanto o Alentejo Central como o Alentejo Litoral apresentam valores negativos no que respeita a este tipo de atividade.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. (§ 83 da NCP 1)

No que respeita às atividades de financiamento apenas o Alentejo Central apresenta um valor negativo, as restantes regiões do Alentejo apresentam um valor positivo.

## C1. SALDOS

O gráfico 30 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

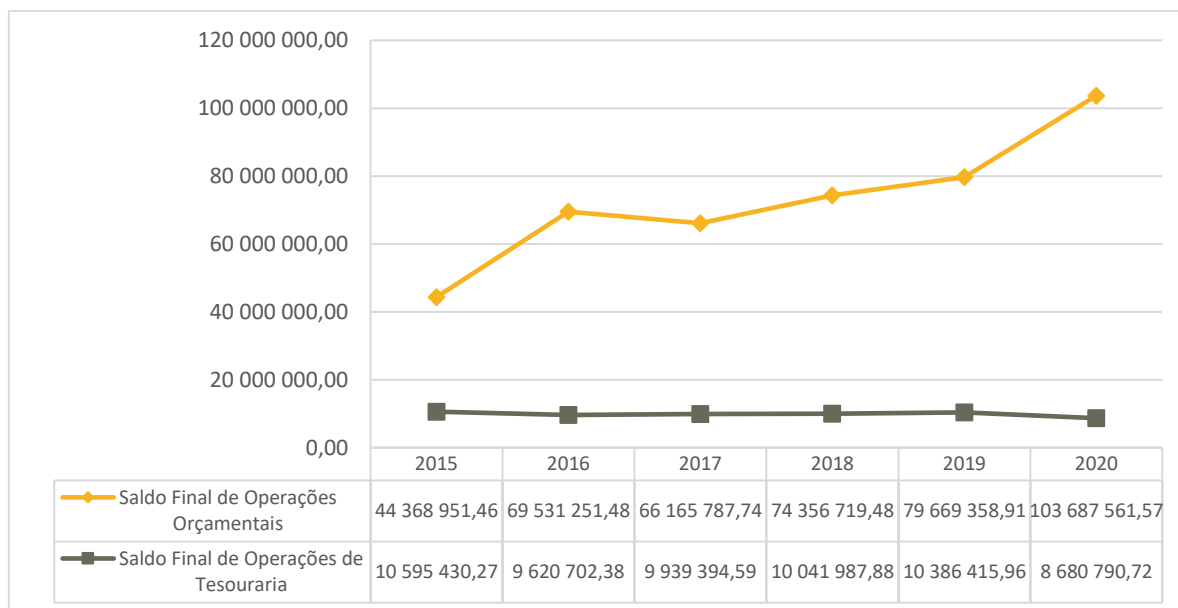


Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria

Através da análise do gráfico 30 observamos que, ao nível do saldo final de operações orçamentais, a tendência continua a ser crescente, contudo o saldo das operações de tesouraria decresceu. Em termos totais, no exercício de 2020, assistimos a um aumento de 22 milhões de euros, o que corresponde a uma variação de 24,78%, situando-se o valor total nos 112 milhões de euros.



### 3.2 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Tabela 13 - Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Rácio	Região Alentejo	Interpretação
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,42	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,28	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,68	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	-0,651%	-
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-0,44%	-
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,86	Positiva
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,98	Positiva
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,14	-

- Os Indicadores de Liquidez são utilizados para medir a capacidade que a entidade tem para cumprir as responsabilidades de curto prazo.

No exercício de 2020 os valores são positivos, o que demonstra uma boa capacidade de cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

- Os Indicadores de Rentabilidade permitem medir a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos.

- Os Indicadores da Estrutura Financeira sublinham a importância de a entidade conseguir manter a sua independência e estabilidade financeira sem necessidade de recorrer ao financiamento de entidades externas.

Em termos de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, as entidades demonstram uma boa capacidade para cumprir os compromissos, assim como revelam capacidade para pagar os compromissos de médio e longo prazo, no caso da solvabilidade.

- No que respeita ao Endividamento, este mede a capacidade que a entidade tem em servir a dívida.

Verifica-se com o rácio de Endividamento que 14,33% dos ativos são financiados pelos capitais alheios.

#### 4. PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 estabelece a base para um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. A norma refere ainda que o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos. (§ 1, NCP 27)

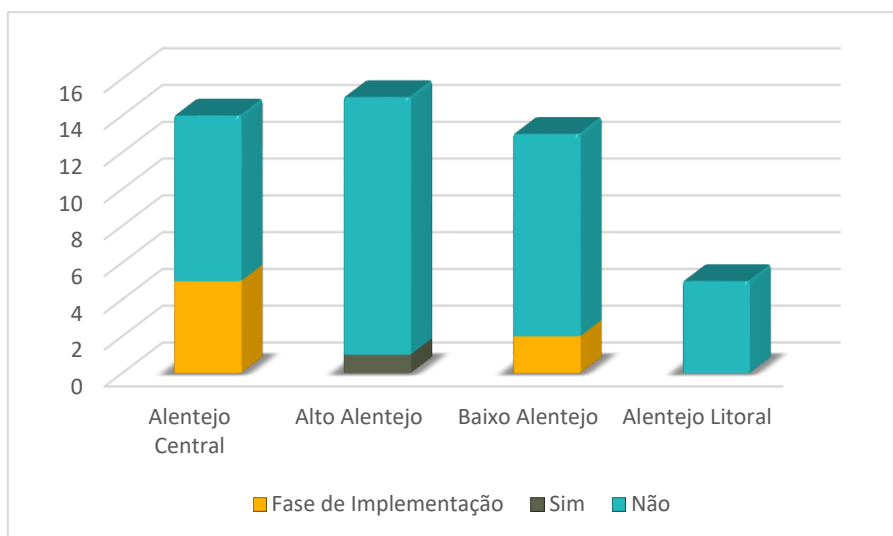


Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão

Através da consulta dos Relatórios de Gestão dos Municípios da Região Alentejo, verifica-se que a maioria dos Municípios não implementou a Contabilidade de Gestão, alguns encontram-se numa fase muito embrionária da implementação, apenas um dos Municípios divulgou informação que se encontrava mais enquadrada com o estabelecido na NCP 27.

## 5. SÍNTESE CONCLUSIVA

O ano de arranque do SNC-AP coincidiu com um período conturbado em termos de saúde pública, o que originou algumas dificuldades na elaboração da Prestação de Contas por parte dos Municípios.

Neste relatório foram consultadas as Prestação de Contas do ano 2020 dos Municípios da região Alentejo, donde se extraiu informação que possibilitou efetuar uma análise orçamental e financeira a nível regional, passando também pela verificação da contabilidade de gestão.

O presente relatório dividiu-se em três partes, na parte I foi efetuada uma análise às Demonstrações de Relato que englobam a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e a Demonstração de Execução do PPI.

No que se refere à Demonstração do Desempenho Orçamental, das várias componentes que a compõem, realçamos a Receita Total que ascendeu a 758 142 255,68€ e a Despesa Total que se situou nos 638 105 008,26€.

Em termos comparativos com o exercício de 2019, constata-se que a receita (efetiva e não efetiva) teve um aumento na ordem dos 19 milhões de euros, que corresponde a uma variação de 3,08%. Na despesa ocorreu um decréscimo de 3 milhões de euros, com uma variação de 0,60%.

No que respeita à Demonstração de Execução do PPI apurou-se que a média em termos totais ficou nos 58,07% no que se refere à execução financeira anual do plano plurianual de investimentos, já em relação à execução financeira global, em média o valor ficou aproximado dos 47%.

Nos indicadores orçamentais verificamos que tanto ao nível da receita como da despesa, a região Alentejo apresenta um bom grau de execução orçamental. No que respeita às obrigações e liquidações, também aqui os resultados dos rácios apresentam uma tendência muito positiva, tendo o grau de realização das liquidações atingindo os 87,63%.

Na parte II procedeu-se à análise das Demonstrações Financeiras, partindo-se do Balanço para a Demonstração dos Resultados e por fim para a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Em termos do resultado líquido do período pode assinalar-se uma pequena melhoria em relação ao exercício anterior.

Nos indicadores económico-financeiros, ao nível da liquidez, os valores são positivos, apesar da liquidez imediata ser inferior a 1, os municípios da região Alentejo demonstram que têm capacidade para cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

Já no que se refere à rentabilidade, o resultado dos rácios apresenta valores negativos, estes indicadores medem a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos. No caso das autarquias, esta leitura não é tão direta na medida em que estas entidades não visam a obtenção do lucro, a intenção é aferir a eficiência na utilização dos recursos públicos.

No que se refere aos indicadores de estrutura financeira conclui-se que 86% dos ativos são financiados pelo património líquido e que o passivo financia o ativo em 14% (endividamento).

Apresentou-se na terceira parte uma referência à Contabilidade de Gestão, onde se concluiu que ainda há muitos procedimentos por executar de modo a tornar operacional esta área da contabilidade.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ✦ Modelo Único de Prestações de Contas das Entidades Públicas – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, Ministério das Finanças.
- ✦ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- ✦ Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.